

Marco de Indicadores de Direitos Humanos

O direito a defender direitos

Monitoramento do ambiente favorável aos defensores de direitos humanos

Categoria 1. Marco geral para a proteção e promoção dos direitos humanos e liberdades fundamentais

Atributo: medidas gerais de implementação

Indicadores estruturais	Indicadores de processo	Indicadores de resultados
Ratificação e incorporação, por parte do Estado, de tratados internacionais de direitos humanos com disposições relevantes para a proteção dos defensores de direitos humanos	Os relatórios do Estado sobre mecanismos internacionais de direitos humanos relevantes dos últimos cinco anos incluem desenvolvimentos em leis, políticas e práticas para garantir os direitos e liberdades mencionados na UNDHRD	Número de casos comprovados de assassinato, sequestro, desaparecimento forçado, detenção arbitrária e tortura de jornalistas, pessoal de mídia associado, sindicalistas e defensores de direitos humanos (nos últimos três anos)
Existência de legislação ou política nacional que reconheça o papel dos defensores dos direitos humanos de acordo com a Declaração das Nações Unidas sobre Defensores de Direitos Humanos (UNDHRD)	Existência de plano(s) de ação nacional desenvolvido(s) pelo estado com medidas específicas para promover os direitos subjacentes na UNDHRD	Casos relatados de uso da legislação para criminalizar e assediar defensores de direitos humanos (nos últimos três anos)
Existência de instituições nacionais independentes na área de direitos humanos em conformidade com os Princípios de Paris	Grau de implementação pelo Estado das recomendações, decisões e julgamentos dos mecanismos de direitos humanos da ONU e dos tribunais regionais referentes aos defensores dos direitos humanos e/ou aos direitos mencionados na UNDHRD	Casos relatados de ameaças, restrições e retaliações contra instituições nacionais de direitos humanos por protegerem e promoverem os direitos humanos e as liberdades fundamentais de acordo com suas atividades obrigatórias (nos últimos três anos)

	Proporção de casos relatados de assassinato, sequestro, desaparecimento forçado, detenção arbitrária e tortura de jornalistas, pessoal de mídia associado, sindicalistas e defensores de direitos humanos que resultaram em condenação do autor (nos últimos três anos)	Casos relatados de ameaças a defensores individuais de direitos humanos (nos últimos três anos)
--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------

Atributo: educação em direitos humanos

Indicadores estruturais	Indicadores de processo	Indicadores de resultados
Nível de integração da educação em direitos humanos nas políticas educacionais nacionais (adaptado do ODS 4.7.1)	Referência expressa aos direitos e liberdades fundamentais no currículo de treinamento de funcionários públicos	
	Nível de integração da educação em direitos humanos nos currículos educacionais nacionais (adaptado do ODS 4.7.1)	
	Nível de integração da educação em direitos humanos nos currículos de formação de professores. (adaptado do SDG 4.7.1)	
	Proporção de funcionários públicos que receberam treinamento sobre os direitos subjacentes na UNDHRD (nos últimos três anos)	

Categoria 2: Liberdade de opinião e expressão

Atributo: liberdade para ter opiniões e transmitir informações e ideias

Indicadores estruturais	Indicadores de processo	Indicadores de resultados
Existência de disposições na constituição que protegem a liberdade de opinião e expressão	Proporção de casos relatados, referentes à censura à mídia (on-line e off-line) realizada pelo Estado por causa de reportagens sobre questões de direitos humanos, que foram efetivamente remediados (nos últimos três anos)	Proporção de organizações da sociedade civil relacionadas a direitos humanos que relataram se sentirem livres para se expressar (nos últimos três anos)

Existência de disposições na legislação de implementação nacional que protegem a liberdade de opinião e expressão	Proporção de casos relatados, referentes à intimidação e represálias contra defensores de direitos humanos envolvidos em comunicação com órgãos internacionais, que foram efetivamente remediados (nos últimos três anos)	Casos relatados de censura à mídia realizada pelo Estado por causa de reportagens sobre questões de direitos humanos (nos últimos três anos)
Existência de disposições na constituição e na legislação nacional que protegem o direito de acesso, comunicação e cooperação com órgãos internacionais de direitos humanos		Casos relatados de bloqueio ou restrição de sites, publicações em mídias sociais, blogs de mídias sociais ou perfis e contas de mídias sociais que contêm informações com críticas ao governo ou que discutem questões de direitos humanos (nos últimos três anos)
		Casos relatados de restrições ou sanções desproporcionais relacionadas à expressão de pensamentos e opiniões
		Casos relatados de intimidação e represálias contra defensores de direitos humanos por se comunicarem com órgãos internacionais (nos últimos três anos)
Atributo: acesso à informação		
Indicadores estruturais	Indicadores de processo	Indicadores de resultados
Existência de garantia constitucional, estatutária e/ou outra garantia jurídica referente ao acesso público à informação (adaptado do ODS 16.10.2)	Existência de uma instituição especializada que supervisiona a implementação das garantias legais de acesso à informação	Casos relatados de não divulgação, por parte das autoridades estatais, de informações de interesse público solicitadas por defensores de direitos humanos (a serem incluídos)
Existência de disposições na legislação e nas políticas nacionais que promovam o acesso igualitário à Internet e à tecnologia da informação digital	Existência de unidades específicas nos órgãos públicos para lidar com as solicitações do público referentes ao acesso à informação (ATI)	
O texto da UNDHRD e os principais tratados internacionais de direitos humanos estão disponíveis nos idiomas oficiais do Estado		

Categoria 3. Liberdade de associação e reunião

Atributo: liberdade de realizar reuniões pacíficas

Indicadores estruturais	Indicadores de processo	Indicadores de resultados
Existência de disposições na constituição que protegem o direito à liberdade de reunião pacífica	Proporção de casos relatados, referentes a violações do direito à liberdade de reunião pacífica (on-line e off-line), que foram efetivamente remediados (nos últimos três anos)	Ataques relatados ou outros atos prejudiciais contra defensores de direitos humanos por agentes estatais e não estatais após a participação em uma reunião (nos últimos três anos)
Existência de disposições na legislação de implementação nacional que protegem o direito à liberdade de reunião pacífica	Proporção de agentes da lei que receberam treinamento sobre policiamento de reuniões com base em normas de direitos humanos	Casos relatados de bloqueio ou limitação da conectividade com a Internet pelo Estado, ou bloqueio ou limitação do acesso a contas ou fóruns on-line, referentes a reuniões pacíficas (nos últimos três anos)
Existência de disposições na legislação nacional sobre os deveres e poderes dos funcionários responsáveis pela aplicação da lei e prestadores de serviços de segurança privada no contexto de reuniões, inclusive com relação ao uso da força		

Atributo: liberdade para formar, ingressar, operar e participar de associações

Indicadores estruturais	Indicadores de processo	Indicadores de resultados
Existência de disposições na constituição que protegem o direito à liberdade de associação	Existência de procedimentos administrativos para registro de associações ou para a obtenção de personalidade jurídica que sejam acessíveis, não discriminatórios e não imponham condições indevidas e requisitos onerosos ou restrições injustificadas.	Casos relatados de interferência ilegal do Estado na operação de associações que trabalham com questões de direitos humanos (nos últimos três anos)

Existência de disposições na legislação de implementação nacional que protegem o direito à liberdade de associação	Proporção de casos relatados, referentes à interferência ilegal do Estado em associações que trabalham com questões de direitos humanos, que foram efetivamente remediados (nos últimos três anos)	Casos relatados de solicitações de registro que foram negadas (nos últimos três anos)
Existência de disposições na legislação nacional que protejam o direito de indivíduos e grupos de buscar, receber e utilizar recursos financeiros com o propósito expresso de promover e lutar pela proteção e realização dos direitos humanos e das liberdades fundamentais	Proporção de casos relatados, referentes a violações ao direito de buscar, receber ou utilizar recursos financeiros para a proteção e realização dos direitos humanos e liberdades fundamentais, que foram efetivamente remediados (nos últimos três anos)	Casos relatados de violações do direito de buscar, receber ou utilizar recursos financeiros para a proteção e realização dos direitos humanos e liberdades fundamentais (nos últimos três anos)

Categoria 4. Direito à participação em assuntos públicos

Atributo: participação na condução de assuntos públicos/sufrágio igual e universal/aceso ao serviço público

Indicadores estruturais	Indicadores de processo	Indicadores de resultados
Existência de disposições na constituição que protegem o direito de participar de assuntos públicos	Existência de mecanismos acessíveis e institucionalizados para a participação do público no desenvolvimento de leis, políticas e regulamentações, incluindo aquelas que afetam os defensores dos direitos humanos	Proporção de cargos no legislativo por sexo, idade, pessoas com deficiência e grupos populacionais (adaptado do ODS 16.7.1)
Existência de disposições na legislação de implementação nacional que protegem o direito de participar de assuntos públicos	Proporção de casos relatados, referentes a atos destinados a restringir o direito dos defensores de direitos humanos de participar de assuntos públicos, que foram efetivamente remediados (nos últimos três anos)	Proporção de defensores de direitos humanos e suas associações que relatam que os mecanismos atuais de participação na tomada de decisões públicas são inclusivos

Existência de disposições na legislação e nos regulamentos nacionais que exijam uma consulta significativa com grupos e comunidades cujos direitos sejam afetados por medidas legislativas ou administrativas		Proporção de defensores de direitos humanos e suas associações que relatam que os mecanismos atuais de participação na tomada de decisões públicas são responsivos
Existência de legislação obrigatória de due diligence em direitos humanos que exija consultas significativas sobre o impacto e os riscos dos direitos humanos com as partes interessadas, incluindo defensores dos direitos humanos, das comunidades afetadas pelas operações comerciais		Casos relatados de atos destinados a restringir o direito dos defensores de direitos humanos de participar de assuntos públicos (nos últimos três anos)

Categoria 5. Liberdade e segurança pessoal

Atributo: segurança da pessoa contra abusos

Indicadores estruturais	Indicadores de processo	Indicadores de resultados
Existência de disposições na legislação e nos regulamentos nacionais sobre a conduta dos funcionários responsáveis pela aplicação da lei em conformidade com as normas de direitos humanos	Proporção de investigações formais sobre a má conduta de agentes da lei contra defensores de direitos humanos que resultaram em ações disciplinares, processos judiciais e condenações (nos últimos três anos)	Número de casos verificados de assassinatos, sequestros, desaparecimento forçado, detenção arbitrária e tortura de defensores de direitos humanos sob medidas de proteção (nos últimos três anos)
	Existência de um programa ou mecanismo eficaz de proteção para defensores de direitos humanos em risco iminente	
	Proporção de medidas provisórias e cautelares fornecidas por mecanismos internacionais ou regionais de direitos humanos implementadas pelo Estado (nos últimos três anos)	

Atributo: prisão e detenção/acesso efetivo a tribunais e recursos

Indicadores estruturais	Indicadores de processo	Indicadores de resultados
Existência de disposições na constituição contra prisões e detenções arbitrárias em conformidade com as normas de direitos humanos	Proporção de juízes, promotores e advogados que receberam treinamento em normas de direitos humanos para a administração da justiça (nos últimos três anos)	Detentos não sentenciados como proporção da população carcerária total
Existência de disposições na legislação de implementação nacional contra prisões e detenções arbitrárias em conformidade com as normas de direitos humanos	Proporção de casos relatados de infrações contra o direito a um julgamento justo para defensores de direitos humanos que foram efetivamente corrigidos (nos últimos três anos)	Casos relatados de violações do direito a um julgamento justo para defensores de direitos humanos (nos últimos três anos)
Existência de disposições na constituição em conformidade com as normas de direitos humanos que protegem o direito a um julgamento justo	Proporção de solicitações apresentadas por defensores de direitos humanos para assistência jurídica em processos criminais que foram concedidas (nos últimos três anos)	
Existência de disposições na legislação de implementação nacional em conformidade com as normas de direitos humanos que protegem o direito a um julgamento justo		